

- 86.º Paula Maria Alves Pinto.
 87.º Liliana Cristina Bento Ferreira Leite.
 88.º Susana Isabel Dias dos Santos Seca.
 89.º Maria Alexandra Salvador Jacinto de Marques Lourenço.
 90.º Elisabete Maria de Almeida Néri.
 91.º Andreia Isabel Oliveira Barbedo.
 92.º Susana Isabel Custódio Barradas.
 93.º Carina Filipa Martins Costa dos Santos.
 94.º Ana Carina Domingues Nascimento.
 95.º Luís Miguel Sousa Gil Caldeira.
 96.º Patrícia do Céu Garcia Mirador.
 97.º Cristina de Fátima Pires Alves.
 98.º Marta Cristina Pessoa Dias de Matos.
 99.º Nuno Duarte Bravo Negrão.
 100.º Rita Albuquerque Santos Queirós.
 101.º Inês Alexandra Rodrigues Nunes.
 102.º Lisa Emanuel Faria Pereira da Costa.
 103.º Filipe Agostinho de Oliveira da Costa.
 104.º Paula Alexandra Baixinho Caeiro.
 105.º Cristina Sofia Vieira Fernandes Banaco.
 106.º Filipa Pinheiro de Menezes Agrela de Jesus.
 107.º Zélia Maria Almeida Marques.
 108.º Olga da Conceição Félix Alonso Marçal.
 109.º Sílvia Alexandra da Silva Quinteiro.
 110.º Carla Cristina Mendes Rodrigues.
 111.º Ana Cristina dos Santos Crisóstomo.
 112.º Daniel Filipe Rocha Rodrigues Miguel.
 113.º Vânia Aguiar Vilas Boas.
 114.º Telma Marisa dos Santos Soares.
 115.º Ana Margarida Severino Calado.
 116.º Isabel Alexandra da Costa Ferreira.
 117.º Paula Maria Sanches Pinto de Azevedo.
 118.º Ofélia Martins Gonçalves Ataíde.
 119.º Nicolau José Carvalho de Almeida Morgado.
 120.º Dulce Lara Baptista Cadavez.
 121.º Diana Cristina Marques Raposo.
 122.º Paula Alexandra Peralta Veríssimo.
 123.º Filipa Frederica Matosa Cabral Baptista.
 124.º Bruno Miguel Vila Nova dos Reis Ramalho.
 125.º Sónia Cristina Moreira Pires da Costa.
 126.º Maria Rita Guerra Correia Torres Carmona.
 127.º Vítor Manuel Pedro Nunes.
 128.º Alexandra Isabel Custódio Gomes.
 129.º Sónia Cristiana Monteiro de Oliveira.
 130.º Néelson Hugo Silva Neto.
 131.º Ana Cristina Castro Ferreira.
 132.º Paula Cristina de Barros Jesus Xistra Domingos.
 133.º Sónia Cristina de Almeida Ferrão Faustino.
 134.º Maria Alexandra Santos Silva Nunes.
 135.º Olga Sofia Domingues Trinta e Melo.
 136.º Ana Micaela Soares Marques Proença.
 137.º Anabela Rodrigues de Sousa.
 138.º Cristiana Sara Morais Pinto de Almeida.
 139.º Maria Andreia Silva Barreto (c).
 140.º Carla Susana Gomes Paiva Franco Alves (d).
 141.º Pedro Miguel Fino Fernandes Tavares (e).
 142.º Rita Isabel Gomes da Silva Brandão (f).
 Sofia Henriques (a) (b).
 Pedro Miguel Ferreira Lopes (b).

(a) Adiado para frequência do xxv curso de formação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

(b) Transitam do xxiii curso de formação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

(c) Em substituição da licenciada Maria Raquel Baptista Madureira Rebelo, que pediu adiamento para o xxv curso de formação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

(d) Em substituição da licenciada Sofia Henriques, que pediu adiamento para o xxv curso de formação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

(e) Em substituição da licenciada Zita Sanches Jorge, que pediu adiamento para o xxv curso de formação, nos termos e para os efeitos do artigo 50.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários.

(f) Em substituição do licenciado Artur Alexandre Conde Magalhães Mateus, que solicitou a sua desistência do xxiv curso de formação.

26 de Agosto de 2005. — O Director-Adjunto, *Manuel Tomé Soares Gomes*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 19 210/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Junho de 2005, no exercício de competência delegada:

Fernanda de Jesus Infante Fialho, assessora principal, escalão 4, índice 900, do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários — transferida com a mesma categoria, escalão e índice para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

21 de Junho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 19 211/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Julho de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria Emília Matos Martins, assistente administrativa principal, escalão 1, índice 222, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social da Região Autónoma dos Açores, requisitada nesta Direcção-Geral desde 27 de Maio de 2003 — transferida com a mesma categoria, escalão e índice para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 12 de Julho de 2005.

22 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 212/2005 (2.ª série). — A costa portuguesa, enquanto *interface* biofísica entre a «terra» e o «mar», é uma área particularmente dinâmica, constituindo no seu todo um sistema natural complexo, que inclui ecossistemas diversificados, com características físicas, biológicas, geológicas e paisagísticas em constante mutação.

Apresenta elevada sensibilidade ambiental, grande concentração de *habitats*, recursos naturais de elevada produtividade e uma importante diversidade biológica.

Dada as suas características é, também, um espaço onde, ao longo dos séculos, se têm vindo a concentrar os aglomerados urbanos e muitas actividades económicas, nomeadamente piscatórias, portuárias, industriais e turísticas, constituindo ainda local preferido de recreio e lazer para a população em geral e proporcionando um meio de ligação vital para os transportes marítimos e para as trocas comerciais.

Contudo, a intensa ocupação demográfica e económica, os fluxos populacionais sazonais, a ocupação desordenada e caótica do território, muitas vezes em zonas de risco, o completo desrespeito pela capacidade de carga dos locais, a sobre-exploração dos recursos e as intervenções incorrectas criam pressões e alterações significativas sobre o meio e os ecossistemas, conduzindo a graves conflitos de usos.

Na verdade, o processo de litoralização, traduzido na crescente procura, ocupação e utilização dos recursos do litoral, tem originado situações de desequilíbrio, que se manifestam na erosão costeira generalizada, em alguns casos com gravíssimas consequências na destruição dos *habitats*, na perda da biodiversidade, na poluição das águas costeiras e estuarinas, na destruição da qualidade da paisagem e na alteração da quantidade e qualidade da água.

A elevada intensidade e abrangência territorial destes fenómenos está a conduzir a situações críticas e, por vezes, irreversíveis, levando mesmo a perda de território a favor do mar.

Assumindo as zonas costeiras uma importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos para qualquer região, a resolução dos seus problemas assume essa mesma importância estratégica no âmbito de uma política de desenvolvimento sustentável, sendo convicção geral que tal abordagem deve ser enquadrada numa gestão integrada e coordenada destas áreas.

Ao longo das últimas décadas, a gestão das zonas costeiras tem vindo a merecer uma atenção crescente, a nível europeu e mundial, quer por parte dos governos, quer por parte dos organismos internacionais, bem como da comunidade técnica e científica.

Este interesse resulta não só da sua importância, como, fundamentalmente, do agravamento dos problemas que afectam estas áreas, no âmbito dos quais assume especial relevo a erosão costeira, com a consequente perda de território e a constante ameaça às edificações.